A Ignorância Cisheteronormativa: Diálogos Interdisciplinares entre a Epistemologia da Ignorância, os Transfeminismos e a Interseccionalidade¹

*La Ignorancia Cisheteronormativa: Diálogos Interdisciplinares entre la
Epistemología de la Ignorancia, los Transfeminismos y la
Interseccionalidad*

*The Cisheteronormative Ignorance: Interdisciplinary Dialogues between
the Epistemology of Ignorance, Transfeminisms, and Intersectionality*

Lissa Carvalho de Souza²

Giovanna Rodrigues Rebouças Martins³

Resumo

Nesse artigo, objetivou-se discorrer sobre o conceito de ignorância cisheteronormativa, seus sistemas de funcionamento na produção de injustiças testemunhais e hermenêuticas com pessoas transgêneras e as possíveis articulações entre o transfeminismo, a interseccionalidade e as epistemologias da ignorância, a partir de um diálogo interdisciplinar. Para isso, foram utilizados como aportes teóricos-metodológicos os estudos da epistemologia da ignorância, os pressupostos do transfeminismo e da interseccionalidade. Por fim, foi possível apreender que é necessário compreender a cisgeneridade a partir de sua intersecção com demais marcadores, tendo em vista que a não nomeação e naturalização dessa identidade em detrimento de outras produz ignorância cisheteronormativa, a qual não afeta apenas as pessoas transgêneras.

Palavras-Chave: Ignorância cisheteronormativa; Transfeminismo; Interdisciplinaridade; Interseccionalidade.

Resumen

En este artículo, se objetivó discutir el concepto de ignorancia cisheteronormativa, sus sistemas de funcionamiento en la producción de injusticias testimoniales y hermenéuticas con personas transgénero y las posibles articulaciones entre el transfeminismo, la interseccionalidad y las epistemologías de la ignorancia, a partir de un diálogo interdisciplinario. Para ello, se utilizaron como aportes teórico-metodológicos los estudios de la epistemología de la ignorancia, los supuestos del transfeminismo y la interseccionalidad. Finalmente, fue posible entender que es necesario comprender la cisgeneridad a partir de su intersección con otros marcadores, teniendo en cuenta que la falta de nominación y la naturalización de esta identidad en detrimento de otras produce ignorancia cisheteronormativa, la cual no afecta solo a las personas transgénero.

Palabras-clave: Ignorancia cisheteronormativa; Transfeminismo; Interdisciplinaridad; Interseccionalidad.

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR); Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil; lissacarvalhosouza@gmail.com.

³ Mestranda em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; giovannarm@gmail.com.

Abstract

In this article, the aim was to discuss the concept of cisheteronormative ignorance, its operating systems in the production of testimonial and hermeneutical injustices towards transgender people, and the possible connections between transfeminism, intersectionality, and the epistemologies of ignorance, through an interdisciplinary dialogue. For this purpose, the theoretical-methodological contributions of the epistemology of ignorance, the assumptions of transfeminism, and intersectionality were utilized. Finally, it was possible to grasp that it is necessary to understand cisgender identity from its intersection with other markers, considering that the lack of naming and the naturalization of this identity at the expense of others produces cisheteronormative ignorance, which does not only affect transgender people.

Keywords: Cisheteronormative ignorance; Transfeminism; Interdisciplinarity; Intersectionality.

1. Introdução

O conhecimento se configura como técnica de dominação e se constitui discursivamente em diversos planos sociais. Assim, a suposta neutralidade científica, descontextualizada de seu espaço sociopolítico, é um conhecimento que ignora a política e a ética relacionadas à produção desses discursos de saberes, sendo, no mínimo, irreal acreditar que uma epistemologia universal possa dar conta de e ser aplicada em qualquer realidade cultural, histórica e social. Por conta disso, ignorância e conhecimento não são antagônicos, de modo que um conhecimento ignorante possui uma base tanto cognitiva como política (DE OLIVEIRA LIMA, 2021).

A noção de ignorância tem tido cada vez mais espaço dentro da Epistemologia, a qual, historicamente, não se debruçava a respeito desse fenômeno, focando especificamente na maneira como o conhecimento era produzido. Dessa forma, como argumenta Tuana (2006), para que compreendamos como algo pode ser conhecido e produzido, é necessário que as práticas que configuram o não saber e a falta de conhecimento sobre um fenômeno também sejam analisadas, considerando que a ignorância foi, inicialmente, conceituada como a ausência de um bem epistêmico - conhecimento ou crença verdadeira (SARAIVA, 2016).

Assim, tomar a ignorância apenas como ausência de conhecimento ou crença verdadeira é capaz de justificar fenômenos de mera ignorância, os quais ocorrem de maneira acidental, como ao se perguntar a uma pessoa desconhecida na rua onde ficaria a farmácia mais próxima, e essa pessoa não saber responder (ausência de um bem epistêmico), ou dar uma informação falsa/errônea (falha epistêmica/crença falsa) - o que facilmente seria remediado ao se realizar uma pesquisa na internet, por exemplo. Porém, ao considerarmos fenômenos mais complexos que se relacionam a hierarquias de opressão, como o racismo, a transfobia, a misoginia, o

capacitismo - em que a ignorância não diz respeito apenas ao não saber -, deduzir que esses ocorrem e são mantidos apenas por falta de conhecimento corroboraria com a manutenção e produção dessas opressões, as quais são estruturalmente e sistematicamente construídas com o propósito de dominação e exploração (SULLIVAN; TUANA, 2007; SARAIVA, 2016).

Tendo isso em vista, diversas concepções de ignorância foram sendo desenvolvidas para compreender essas práticas epistêmicas de produção de injustiças a partir de suas complexidades, considerando que, historicamente, “a crítica marxista é aparentemente descreditada, a crítica feminista é marginalizada, e a crítica racial sequer existe” (MILLS, 2018, p. 415). Dessa forma, a epistemologia tradicional - diferentemente da epistemologia social, epistemologias feministas, epistemologias críticas e epistemologias alternativas - quase que unanimemente foi composta por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais, assim como a construção de outros saberes e a produção de conhecimento considerado científico de maneira geral. A partir disso, uma questão se apresenta: que tipos de ignorâncias foram produzidas, mantidas e reforçadas por esse grupo social racialmente, economicamente e “sexualmente” tido como superior?

Nesse sentido, a concepção de ignorância que será destrinchada aqui diz respeito à ignorância sistematicamente construída, a qual “é produto de uma construção deliberada por parte de sujeitos e grupos” (SARAIVA, 2016, p. 105), os quais partem de lugares semelhantes no tecido social, porém, suas identidades não são suficientes para justificar a maneira como se comportam em relação a outros grupos oprimidos. Todavia, de acordo com Harding (1991, p. 126), “membros de grupos oprimidos têm menos interesses na ignorância sobre a ordem social e menos razões para investir em manter ou justificar o status quo do que os grupos dominantes”, o que reforça a ideia de que fazer parte de um determinado grupo social em uma determinada localidade indica compartilhar certas crenças, as quais, por vezes, reiteram violências e preconceitos, baseados em privilégios que produzem subordinação e dominação (ALCOFF, 2007).

Dessa forma, o conceito de ignorância branca, cunhado por Charles Mills (2018), estabelece que há uma assimetria entre as percepções de pessoas brancas em relação a pessoas negras, e as percepções que pessoas negras têm das brancas, considerando que a branquitude, enquanto grupo supremacista e racialmente dominante, produz auto enganações, má fé, más representações, e contrariamente isso não ocorre. Além disso, para sobreviverem, as pessoas negras são epistemicamente condicionadas a entenderem as pessoas brancas melhor do que

essas mesmas, ao mesmo tempo em que o mundo - inclusive o das ideias - foi construído pela branquitude, de modo que à negritude não é autorizada uma compreensão verdadeira de si, vendo-se apenas a partir do olhar desse Outro, que é “cego” - possuindo uma cegueira branca (MILLS, 2018).

Porém, essa supremacia branca é desestabilizada a partir dos conhecimentos negros, que escancaram a ignorância branca, notabilizando sua hegemonia e o processo de invisibilização de tudo e todos que se distanciam da branquitude. Semelhante a esse processo, ressalta-se a importância da nomeação e visibilização da cisgeneridade, e como ela se constitui enquanto norma e sistema normativo. Falar sobre cisgeneridade, nomeando os corpos cisgêneros⁴, constitui-se como uma das alternativas para despatologização da transexualidade, na busca por desestabilizar as definições que recorrem a matriz linear de sexo, gênero e desejo para divisão dos corpos reais e normais dos que são desumanizados e patologizados (FAVERO, 2019; NASCIMENTO, 2020).

Assim, tendo em vista a relevância de nomear a cisgeneridade e desvelar seus mecanismos de funcionamento, considerando que sua invisibilização tem ação ativa na patologização da transexualidade, nesse artigo objetiva-se discorrer sobre o conceito de ignorância cisheteronormativa, seus sistemas de funcionamento na produção de injustiças testemunhais e hermenêuticas com pessoas transgêneras e as possíveis articulações entre o transfeminismo, a interseccionalidade e as epistemologias da ignorância, a partir de um diálogo interdisciplinar.

2. A Ignorância Cisheteronormativa: conceituação e contextualização

A ignorância cisheteronormativa, que se molda a partir do cissexismo e do colonialismo, entrelaça falta de conhecimento, perspectivas patologizantes sobre pessoas trans e a transfobia, em um ciclo que se retroalimenta e se mantém, produzindo uma forma particular de ignorância que é chamada por Mikulak (2021) de ignorância cis⁵, que une ignorância e preconceito sobre

⁴ Cisgênero refere-se a quem não transiciona entre os gêneros, identificando-se com aquele que foi designado ao nascer. É mais sobre dizer que nasceu e foi classificado com o gênero e se identifica com ele, do que dizer que “nasceu assim” e continuou menino/menina para o resto da vida (FAVERO, 2019; CAVALCANTI; SANDER, 2019).

⁵ O conceito original apresentado pelo autor é “*cis-ignorance*”, na qual “ignorância cis” se trata de uma possível tradução desse conceito (MIKULAK, 2021).

a transexualidade. Nesse contexto, emerge um cenário complexo no qual, a nível estrutural, a ignorância sistêmica se relaciona com a ignorância cis, e a nível individual, comportamentos transfóbicos estão inseridos nas práticas epistêmicas e saberes direcionados a pessoas trans, com impactos negativos ao acesso de serviços e garantia de direitos, em uma tentativa constante de negar suas existências.

Assim, no que se refere a experiência de grupos minoritários, a ignorância não se configura como conhecimento neutro, ou ausência de conhecimento, mas em uma prática epistêmica resultante de uma perspectiva unívoca - construída historicamente - de perceber e conhecer o mundo. Notabilizar esses processos é crucial, tendo em vista que a ignorância se relaciona intimamente com as violências epistêmicas e silenciamentos desses grupos marginalizados (MIKULAK, 2021).

Nesse sentido, assim como a ignorância branca impossibilita ao negro ter autoconsciência sobre si, vendo-se a partir da perspectiva da pessoa branca, olhando para si através de um Outro (MILLS, 2018), olhares intangíveis e etéreos exercem políticas de verdades sobre os corpos trans, principalmente por meio das ciências médicas. Assim, é permitido aos corpos cis verem, classificarem e patologizarem pessoas trans, sem que sejam nomeados e classificados, em um jogo perverso de autorização de falas no qual as pessoas trans são compreendidas como “campo” e objeto, e raras vezes como pares. A partir dessas dinâmicas de poder, a perspectiva sobre si e o mundo das pessoas trans é perpassada pelo olhar da pessoa cis (CAVALCANTI; SANDER 2019).

Como exemplo, tem-se a ideia de verdade e mentira em relação ao gênero, herdada pela tradição nosológica, que passaram a circular na área médica a partir das primeiras elaborações de Harry Benjamin (1966) a respeito da transexualidade. Ele afirmava que a transexualidade, para ser considerada real, precisava apresentar alguns critérios diagnósticos, dentre eles, destacava-se a ojeriza ao genital, e inconformidade em relação as características primárias e secundárias do sexo. Nesse sentido, o sofrimento psíquico passa a se configurar como prova para atestar a veracidade da transexualidade do/a paciente (FAVERO, 2019).

Por meio dessas produções nosológicas, atualmente, mesmo que na Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua décima primeira versão, tenha sido retirado o termo “transtorno de identidade de gênero”, e colocado em seu lugar “incongruência de gênero”, e na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), alterou-se “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero”, ainda pressupõe-se que há um

gênero disfórico e incongruente, e, em um polo oposto, o que é eufórico e congruente. Sob essa perspectiva, construiu-se uma segregação entre pessoas transexuais legítimas e ilegítimas, e se consolidou a transexualidade enquanto incongruente a algo que nunca se diz exatamente o que é, visto que se nomeia apenas o desvio, e não a norma, tida como verdade, natural e inteligível (FAVERO, 2019).

Essa política de invisibilização da transexualidade, e conseqüentemente, a não nomeação da cisgeneridade - ocultando seu caráter construído e artificial - são aspectos que estruturam a ignorância cisheteronormativa. Essa ignorância é cúmplice de desigualdades naturalizadas ou de insistências em erros e/ou preconceitos, que constituem as normas de gênero e sexualidade, tendo como exemplo disso a dificuldade de pessoas cisgêneras no uso de nomes e pronomes corretos de acordo com a identidade de gênero de pessoas trans. Essas dificuldades, que podem ser compreendidas como ignorância, notabilizam como a performance de gênero cisheteronormativa está enraizada socialmente e sistemicamente, de modo que a suposta “diferença” entre palavra e corporeidade justificaria a confusão e emparelhamento, o que torna esses erros irrisórios (DE OLIVEIRA LIMA, 2021).

Além disso, de acordo com De Oliveira Lima (2021, p. 162), “a instrumentalização da ignorância cisheteronormativa começa assim, na não-evidenciação de uma desigualdade que visa manter ignorada a existência de alguém, cuja presença faz erodir aquilo que esse Outro normativo sabia”, ou seja, de maneira intencional, pessoas trans e/ou cis são mantidas em uma posição ignorante sobre a vivência trans, tendo em vista que isso afetaria as hierarquias estabelecidas entre esses corpos. Além disso, a cisheteronormatividade produz e reforça a ideia de que é produtora de um conhecimento “universal”, e de corpos universalizantes, que não possuem nome, gênero, sexualidade ou raça (*ibidem*).

Utilizando a divisão que Nancy Tuana (2006) propõe para teorizar ignorâncias, faz-se possível pensar na ignorância cisheteronormativa, na qual a primeira categoria proposta por ela diz respeito a "saber que não sabemos, mas não se importar em saber", indicando que algum tópico não é tido como digno de atenção e conhecimento. A partir disso, seria possível apreender questões a respeito das cirurgias de neofaloplastia⁶, as quais, de acordo com o

⁶ A neofaloplastia consiste em um procedimento complexo na qual uma das técnicas empregadas consiste em utilizar tecidos de outras partes do corpo (retalho livre de músculo radial) para construir um neofalo. Apesar desse método possibilitar a construção de um pênis de maior tamanho e espessura, as complicações cirúrgicas e psicológicas são mais recorrentes do que na metoidioplastia, por exemplo.

Conselho Federal de Medicina (PARECER CFM nº 25/2019), têm sido restritas a um pequeno número de equipes cirúrgicas e hospitais especializados ao redor do mundo, sendo considerada ainda um procedimento “experimental”, diferentemente da metoidioplastia⁷, que é um procedimento não-experimental e alternativo à faloplastia. Tecnicamente falando, não parece ser uma prioridade da medicina pensar nos desejos e corpos de pessoas transmasculinas, além de que a ignorância a respeito das estruturas que compõem a vulva foi denunciada por Tuana (2006) e segue sendo uma questão hoje.

Segundamente, é pontuada a categoria “não saber que não sabemos”, a qual indica que há interesses ou crenças que podem bloquear o conhecimento sobre uma questão, ou direcionar o “olhar” para outra, como a autora exemplifica ao pensar na estrutura clitoriana, que foi desconhecida - e segue sendo negligenciada - em detrimento do sistema reprodutor “feminino”, o qual foi focado considerando que o corpo da mulher cis é tido apenas como reprodutor e receptáculo de esperma (TUANA, 2006). A partir disso, tal como a cisgeneridade se torna refém da cisheteronormatividade, a transgeneridade também, quando não se é possível pensar numa experiência de transição ou de vivências trans que estejam desatreladas do diagnóstico e da patologização, o que conseqüentemente desrespeita a multiplicidade de performances possíveis dentro do sistema de sexo-gênero vigente, produzindo um saber ignorante e que desconsidera a vida para além da patologia.

Em terceiro, “eles não querem que saibamos” refere-se a um tipo de ignorância que se dá por mecanismos de controle, na qual alguns conhecimentos são encobertos por interesses políticos e econômicos (TUANA, 2006), a partir do qual faz-se possível pensar no regime da diferença sexual. De acordo com Preciado (2014), esse regime é definido como uma epistemologia política heteronormativa que molda os corpos, reforçado por um patriarcado hetero-colonial, o qual estabelece uma diferença entre o que existe e o que não existe política e socialmente; ou seja, há apenas duas opções de existência/de sexo: a mulher e o homem⁸ (ambos cis). Tudo o que foge dessas performances historicamente produzidas, é considerado ininteligível. Assim, o caráter construído da diferença sexual é ignorado, visto que a noção de

⁷ Já na metoidioplastia, “o clitóris é ampliado por meio da administração de hormônio masculino e é usado como base para um neofalo pequeno. O escroto é criado a partir dos grandes lábios que formam uma bolsa, na qual são inseridas duas próteses testiculares” (CFM, 2019).

⁸ Thomas Laqueur (1992) rastreou o “modelo de sexo único” que vigorava desde a antiguidade até o final do século XVII, a partir do qual só existia um sexo, o masculino, e os demais sexos/gêneros eram tidos como diferentes “graus” do sexo masculino, por vezes considerados defeituosos. Assim, a mulher (e os demais gêneros) não existiam enquanto categorias ontologicamente distintas, o que evidencia que tanto o monismo quanto o dualismo dos sexos/gêneros foram construídos e são historicamente situados.

masculinidade e feminilidade se torna natural, inquestionável e absoluta, e é utilizada para um fazer farmacopornográfico financiado por grandes indústrias farmacêuticas, por exemplo (PRECIADO, 2018).

O gênero farmacopornográfico não é metáfora nem ideologia; não pode ser reduzido a uma performance: é uma forma de tecnoecologia política. A certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzida por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação. O gênero é um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades (PRECIADO, 2018, p. 127).

Ademais, a quarta categoria teorizada pela autora foi “a ignorância intencional”, anteriormente citada a partir da teorização de Mills, na qual não se sabe algo e também não se quer saber a respeito (TUANA, 2008). Um exemplo desse tipo de ignorância seria a não nomeação da cisgeneridade e da cisheteronormatividade, visto que sua nomeação é desinteressante para as pessoas cis, ao escancarar certos privilégios construídos e concedidos social e politicamente, tendo em vista que apenas o que é considerado abjeto é historicamente nomeado - como a transgeneridade. Por fim, a última categoria de “ignorância produzida pela construção de identidades epistemicamente desfavorecidas” diz respeito ao descrédito que algumas identidades possuem a partir de um julgamento, na qual elas não são consideradas epistemicamente críveis, tendo seus testemunhos, memórias e conhecimentos questionados, desfavorecidos e desconfiados - dialogando, também, com a noção de ignorância cisheteronormativa e a ideia de uma supremacia “cis” em detrimento das outras possibilidades de ser e estar no mundo (TUANA, 2008).

3. A Injustiça Testemunhal e Hermenêutica direcionada às pessoas transgêneras

A partir do que foi discutido anteriormente, o conceito de injustiça epistêmica, proposto por Miranda Fricker (2007), apresenta-se como importante ponto dessa discussão. Essa injustiça parte da ideia de que há sujeitos que são considerados inaptos - ou menos aptos - a apreender e relatar suas próprias experiências, não possuindo a mesma chance de outros de obter credibilidade e de ser considerado um sujeito epistêmico. Dessa forma, *a priori*, esse sujeito é tido como menos crível simplesmente por ser quem é, o que se configura como uma

injustiça epistêmica, a qual foi subdividida em: injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica (FRICKER; JENKINS, 2017).

Em relação à injustiça testemunhal, ela acontece em uma interação falante-ouvinte, na qual o ouvinte (sendo esse um indivíduo, ou um grupo) descredibiliza o testemunho do falante a partir de preconceitos - que podem ser de ordem racial, de gênero, classe etc. -, questões morais e/ou políticas que esse o tenha, havendo um perpetrador dessa injustiça, o qual é responsável por essa falha nas práticas epistêmicas, (re)produzindo e reiterando ignorâncias (FRICKER; JENKINS, 2017). Assim, a atribuição de autoridade racional é influenciada pelas identidades sociais de quem está falando, e, de certa forma, pelas de quem está ouvindo - considerando que a escuta de uma pessoa cis, branca e heterossexual também possui mais credibilidade do que a de pessoas trans, não brancas e não heterossexuais.

Dessa forma, historicamente, o testemunho de pessoas trans tem sido descredibilizado por uma série de fatores. Como citado anteriormente, a definição inicial da transgeneridade se deu a partir de critérios diagnósticos, o que além de produzir verdades sobre essa expressão de gênero, designou à travestilidade a ideia de ser algo falso, uma “transgeneridade falsa”, pois para que fosse verdadeira, o ódio ao próprio corpo e a necessidade de modificá-lo tinham de estar presentes, o que não era (e não devia ser) uma regra (FAVERO; MACHADO, 2019). Ou seja, o testemunho de pessoas trans e travestis deveria corresponder a esses critérios arbitrariamente designados, caso contrário essas estariam sujeitas “[...] a um déficit de credibilidade injustificado decorrente do preconceito de identidade” que reivindicavam (FRICKER; JENKINS, 2017, p. 272).

Ademais, à medida que a transgeneridade foi sendo apreendida pelos manuais diagnósticos, as identidades que ela comporta passaram a ser gestadas também por outras áreas do conhecimento como a psicologia, fisioterapia, odontologia etc., na qual a nomeação de si das pessoas trans continua sendo atravessada por uma tutela estatal e controle político (FAVERO; MACHADO, 2019); além de que, possuir um “transtorno” desvalorizava seus relatos sobre sua própria experiência, tornando-as não confiáveis e enganosas (FRICKER; JENKINS, 2017).

Assim, essas injustiças testemunhais contribuem para a ignorância na medida em que não é possível que se conheça verdadeiramente a experiência de pessoas trans, considerando que não se dão ouvidos a elas, havendo, também, uma injustiça testemunhal preventiva, a qual se refere a garantia de que nem a palavra dessas pessoas seja solicitada por um déficit de

credibilidade antecipado. Esse padrão de silenciamento e descarte desses discursos se relaciona diretamente com a marginalização hermenêutica, a qual se refere à exclusão de determinados grupos das práticas de revisão e construção de conceitos linguísticos, ou seja, as vozes de pessoas cisgêneras foram sobrepostas às vozes de pessoas transgêneras no contexto da promoção de saúde para essa população. A partir disso, Fricker e Jenkins (2017) teorizaram a respeito da injustiça hermenêutica direcionada às pessoas trans, na qual

O dano primário da injustiça hermenêutica é o intrínseco — o déficit injusto de inteligibilidade. Mas tais injustiças também têm consequências práticas que constituem danos secundários. Por exemplo, a dificuldade em tornar suas identidades inteligíveis para os profissionais de saúde significa que as pessoas trans têm encontrado dificuldade em acessar cuidados médicos relacionados à transição. Mais geralmente, o fato de que as pessoas trans enfrentaram uma luta árdua apenas para explicar como se identificam e o que isso significa facilitou a estigmatização das pessoas trans, resultando em acesso piorado a bens sociais básicos, como emprego e moradia, e tornando-as vítimas de violência física (p. 274).

Assim, em casos de injustiça hermenêutica, a ignorância é preservada não só em relação aos grupos dominantes, mas também por parte do sujeito que sofreu a injustiça, dificultando seu processo de automeação e autoconhecimento. Já em relação à conclusão das autoras nessa citação, é importante que estabeleçamos uma discordância, tendo em vista que mesmo que as pessoas trans conseguissem de fato explicarem sobre sua identidade e vivência, será que seriam de fato ouvidas? O que as tornaram vítimas de violência física e o que resultou em um acesso piorado a bens sociais básicos foi a transfobia, as injustiças perpetradas contra essas pessoas decorrentes de uma ignorância cisheteronormativa.

A partir disso, a transfobia enquanto preconceito, assim como as injustiças testemunhais e hermenêuticas, produzem ignorâncias, não o contrário, considerando que ocasionam um desajuste em relação às evidências, o que geram erros epistêmicos e uma percepção social distorcida tanto sobre as pessoas trans - enquanto as que sofrem tais injustiças e são excluídas do mundo social e político -, quanto sobre as pessoas cis, as quais acreditam ocupar o lugar do que é “natural”, “verdadeiro”, e detentor de todo conhecimento científico e acadêmico. Outrossim, é imprescindível que as pessoas cisgêneras se apossessem também do conceito de cisgeneridade e cisheteronormatividade - conceitos cunhados por estudioses trans -, e pensem nos limites da própria vivência, conhecimento e identidade, aproximando-se da compreensão de que são detentores de uma ignorância cisheteronormativa, mas também de uma ignorância amorosa (FRICKER; JENKINS, 2017).

4. Compreendendo as diferenças e nomeando a norma: possíveis tecituras entre a Ignorância Amorosa e o Transfeminismo

As epistemologias feministas da ignorância enfatizam as formas pelas quais as práticas de ignorância estão relacionadas com o poder e o privilégio. Até o presente momento, tem-se discutido sobre o que pode ser conhecido, mas é ignorado, na busca por entender as complexidades envolvidas nesse não saber. Mas, Tuana (2006) sugere uma forma de ignorância que tem potencial de transformação, a ignorância amorosa, a qual se baseia na aceitação do que não podemos saber, reconhecendo que há existências e vivências que excedem as nossas, e que, por conta disso, não podem ser compreendidas em sua totalidade.

Assim, essas reflexões evidenciam não apenas os limites do conhecimento de cada sujeito, mas o que pode ser feito a partir desse reconhecimento. Nesse processo, a ignorância amorosa é apontada como um desses caminhos, por ser propositiva, de modo que, agentes epistêmicos podem transformar suas práticas e promover mudanças positivas ao abandonar uma posição de ignorância, falta de conhecimento e acomodação, para adotar uma postura de reconhecimento de seus limites e privilégios, visando se engajar epistêmica e politicamente em transformações sociais que podem ser feitas a partir disso (MIKULAK, 2021).

Também, a ignorância amorosa pode ser um ponto de partida para transformação de práticas epistêmicas, sendo exemplificada como momentos de autoanálise que provocam esforços e engajamentos da comunidade. Ao reconhecer a sua própria ignorância - compreendendo as desigualdades que estruturam a realidade social, assim como os seus reflexos nos corpos e subjetividades de grupos minoritários, em um movimento de humildade com relação a diferença -, pode-se pensar que a ignorância amorosa se opõe a ignorância intencional (TUANA, 2006).

Particularmente referentes às questões raciais, e no movimento de saúde das mulheres, a ignorância amorosa foi primordial. Tuana (2006), a partir de Lugones e Frye, pensa na distinção entre o olhar arrogante e o olhar amoroso, argumentando que interações positivas entre mulheres brancas ou anglo-saxônicas e mulheres negras são perpassadas pela amorosidade, por meio da desaprovação de atitudes que estereotipam e deslegitimam mulheres negras, ou ainda que ignoram suas vivências. Nesse sentido, ignorância amorosa, da mesma forma que a percepção amorosa, envolve a compreensão de que, mesmo que muitas

experiências possam ser partilhadas, sempre há o que resta, o que não se compartilha e não pode ser sentido. A partir disso, a alteridade não é algo que pode ser removido e a diferença não é algo que pode ser apropriado, mas que devem ser abordados, debatidos, e reconhecidos, com um senso de humildade e respeito. “A ignorância amorosa é, portanto, um reconhecimento de que existem modalidades de ser que excedem as nossas próprias e que não podem ser totalmente compreendidas” (TUANA, 2006, p. 16).

Tendo em vista as potencialidades da ignorância amorosa, o transfeminismo traz contribuições importantes e em confluência com essa perspectiva, ao propor repensar as relações de sexo-gênero e desejo para a pluralização das sujeitas do feminismo, em um processo de superação de universalidades, essencialismos e limites à liberdade de performances identitárias. Isso porque, em um dos princípios desse movimento político encontra-se a necessidade de desnaturalizar não apenas o gênero, mas também o sexo, rompendo com as ideias de origem, natural e biológico, que embasam a segregação entre transgeneridade - como construída, anormal e desviante - e cisgeneridade - como natural, normal e norma -, evidenciando que ambas são construídas socialmente (NASCIMENTO, 2021).

[...] apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa (NASCIMENTO, 2021, p. 97).

Assim, o transfeminismo notabiliza as contradições de uma perspectiva normativa e assimétrica, e traduz novas formas de enfrentamento político, ético e epistemológico sobre os modos de produção de conhecimento, que seja engajado e relevante, principalmente nos estudos de gênero e sexualidade (DE OLIVEIRA LIMA, 2021). Desse modo, esse movimento possibilita a compreensão do gênero para além das fronteiras interpretativas postuladas pelo pensamento atrelado a genitalização e ao sexo biológico, de forma que, a visão de gênero torna-se múltipla, não ignorando a diversidade de significados que está atrelado a esse conceito (DE JESUS, 2014).

Além disso, esse movimento transfeminista, além de pontuar a suposta equiparação entre gênero e biologia, contrapondo-se a ideia de que o sexo determinaria o gênero, reconhece a luta de mulheres trans e travestis, pontua a relevância do caráter interacional das opressões, assim como a possibilidade de qualquer sujeito/a poder contribuir com o movimento, sendo

transgênero ou cisgênero (ALVES; DE JESUS, 2012). Nesse sentido, assim como a ignorância amorosa propõe as possibilidades de mudança a partir do reconhecimento dos limites experienciais de cada um em relação ao outro, o transfeminismo aborda a aliança entre pessoas, com vivências diferentes, não buscando a homogeneização das experiências, mas sim a compreensão das singularidades dessas vivências e opressões vividas, em um movimento de articulação da diversidade com a finalidade de mudança e transformação social, política e econômica (TUANA, 2006; NASCIMENTO, 2021). Assim, Aline Freitas, precursora do pensamento transfeminista no Brasil, em seu texto intitulado “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”, publicado em 2005, apresenta uma síntese sobre esse movimento:

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (p. 1).

Ressalta-se também que foi no meio transfeminista que iniciaram as discussões sobre a cisgeneridade, para pensá-la enquanto normatividade incidente sobre corpos e gênero, a qual é naturalizada e idealizada, ou seja, pensada enquanto única trajetória possível a ser seguida (SIMAKAWA, 2015; DE JESUS, 2014). Acrescido a isso, nesse artigo, buscou-se o entendimento da cisgeneridade por meio de uma perspectiva interseccional, como forma de contraposição à ignorância cisheteronormativa. Nesse sentido, são diversos os aspectos que constituem as identidades dos sujeitos, e as opressões que atravessam esses corpos se cruzam e estão entrelaçadas entre si, de acordo com os marcadores sociais dos/as sujeitos/as (FAVERO, 2019; CRENSHAW, 2002).

A partir disso, o debate deve ser conduzido para além da concepção de privilégio de pessoas cisgêneras, que foi bastante difundido, principalmente nas redes sociais, considerando que limitar a discussão nesse campo restringe o debate sobre as desigualdades sociais, o que pode ser contraproducente. Com o auxílio da interseccionalidade, é mais profícuo reflexões que considerem que, da mesma forma que não existe transgênero verdadeiro e falso, deve haver o esforço para o similar reconhecimento de que existem diversas formas de ser cisgênero.

Todavia, não se pretende eliminar as disparidades entre pessoas cis e trans, como se houvesse uma horizontalidade nas experiências e opressões vivenciadas, ou ainda considerar que pessoas cisgêneras não são privilegiadas, mas sim, propiciar a compreensão das desigualdades de maneira ampliada, para que não haja uma leitura superficial de uma norma que é elaborada e mutável (FAVERO, 2019).

Possivelmente, por meio desse entendimento, as pessoas cis se sintam legitimadas a utilizar os termos cisgeneridade/cisgênero/cis a partir de novas perspectivas, não se restringindo a uma lógica cristã, relacionada ao confessionário, em que se deve confessar seus privilégios, mas buscando a construção de novas realidades e possibilidades de existências. Assim, tendo em vista que o reconhecimento dos privilégios pode indicar uma acomodação, engessamento, impedindo uma prática, propõe-se que, se reconheça a ignorância sobre as vivências de pessoas trans, mas que se pense também como esses privilégios e invisibilização operam sobre a realidade social, cultural, política e econômica, e as ações de transformação que podem ser traçadas a partir disso.

Por fim, é importante compreender que existem subalternidades, mesmo em vivências dentro dos limites das normas, pois esse entendimento permite que pontes de diálogo e compreensão das diferenças sejam criadas (FAVERO, 2019) para além de estigmatizações e ignorâncias sistematicamente construídas, como a ignorância cisheteronormativa. Assim, é só a partir da nomeação e teorização interdisciplinar dos conceitos que pensam as vivências cis e trans em seus atravessamentos e intersecções que se faz possível combater as injustiças associadas à transfobia e LGBTQIA+fobia, racismos, capacitismos e misoginia.

Referências Bibliográficas

ALCOFF, L. M. Epistemologies of Ignorance: Three Types. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. *Race and Epistemologies of Ignorance*. Chapter 2, p. 39-58, 2007. (Capítulo de Livro).

ALVES, H.; DE JESUS, J. G. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 16 ago. 2024. (Artigo em Periódico Digital).

BENJAMIN, H. *The Transsexual Phenomenon*. New York: Julian Press, 1966. (Livro Completo).

CAVALCANTI, C.; SANDER, V. Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão. *cadernos pagu*, p. 2-32, 2019. (Artigo em Periódico Digital).

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Processo-Consulta CFM nº 6/2019 – Parecer CFM nº 25/2019*. Dispõe sobre cirurgias usadas no processo de reafirmação de gênero FTM (feminino para masculino): faloplastia total e metoidioplastia. Relatores: Cons. Dalvélio de Paiva Madruga e Cons. Lúcio Flávio Gonzaga Silva. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2019. (Parecer Digital).

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002. (Artigo em Periódico Digital).

DE JESUS, J. G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas humanística*, n. 78, p. 241-257, 2014. (Artigo em Periódico Digital).

DE OLIVEIRA LIMA, A. A ignorância cisheteronormativa. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 14, n. 22, 2021. (Artigo em Periódico Digital).

EL KASSAR, N. What ignorance really is. Examining the foundations of epistemology of ignorance. *Social Epistemology*, v. 32, n. 5, p. 300-310, 2018. (Artigo em Periódico Digital).

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 13, n. 20, 2019. (Artigo em Periódico Digital).

FAVERO, S.; MACHADO, P. S. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. *ReDoC: revista docência e cibercultura*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 102-126, 2019. (Artigo em Periódico Digital).

FREITAS, A. de. *Ensaio de construção do pensamento Transfeminista*. Mídia Independente, 2005. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/12/340210.shtml>. Acesso: 15 ago 2024. (Editorial de Site Online).

FRICKER, M. *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press, 2007. (Livro Físico).

FRICKER, M.; JENKINS, K. Epistemic injustice, ignorance, and trans experiences. In: *The Routledge companion to feminist philosophy*. Routledge, p. 268-278, 2017. (Capítulo de Livro).

HARDING, S. Two influential theories of ignorance and philosophy's interests in ignoring them. *Hypatia*, v. 21, n. 3, p. 20-36, 2006. (Artigo em Periódico).

_____. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking From Women's Lives*. Ithaca. NY: Cornell University Press, 1991. (Livro Físico).

LAQUEUR, T. *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Harvard University Press, 1992. (Livro Físico).

MIKULAK, M. For whom is ignorance bliss? Ignorance, its functions and transformative potential in trans health. *Journal of Gender Studies*, v. 30, n. 7, p. 819-829, 2021. (Artigo em Periódico).

MILLS, C. W. Ignorância branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa/Bahia, v. 17, n. 1, p. 413-438, 2018. (Artigo em Periódico).

NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Livro Físico).

PRECIADO, P. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1, 2018. (Livro Físico).

_____. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. (Livro Físico).

SARAIVA, J. Epistemologias da ignorância e ignorância sistematicamente construída. *Revista Peri*, v. 15, n. 1, p. 97-119, 2023. (Artigo em Periódico).

SIMAKAWA, V. V. A Cisgeneridade. In _____. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes (p. 43-71). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2015. (Capítulo de Dissertação).

SULLIVAN, S.; TUANA, N. *Race and Epistemologies of Ignorance*. New York: Suny Press, 2007. (Livro Físico).

TUANA, N. The speculum of ignorance: The women's health movement and epistemologies of ignorance. *Hypatia*, v. 21, n. 3, p. 1-19, 2006. (Artigo em Periódico).